



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 2795/x ( 4.ª)

Expeça-se

Publique-se

19 /06/09

O Secretário da Mesa

*M. Correia*

**Assunto:** Escola Virtual para alunos no estrangeiro

**Destinatário:** Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

Em Junho de 2005, o Governo lançava o projecto da Escola Virtual, fixando então nessa altura, como data do seu arranque, o mês de Outubro do mesmo ano.

Este projecto mereceu, segundo a comunicação social, o apoio financeiro da Caixa Geral de Depósitos e a colaboração de entidades tais como a RTP, a RDP, a Universidade Aberta e a Fundação Minerva. A estas duas entidades caberia a acreditação das aprendizagens.

A ideia do Governo era fazer com que as comunidades portuguesas utilizassem a plataforma online da Porto Editora - Escola Virtual - para estudar português a fim de complementar o sistema de ensino da responsabilidade do Ministério da Educação dirigido aos portugueses residentes no estrangeiro.

Os alunos trabalhariam assim num sistema de auto-aprendizagem, que só lhes permitiria avançar para o nível seguinte, depois de devidamente avaliados quanto aos conhecimentos adquiridos. Existiria uma bolsa de professores, destacados pelo Ministério da Educação, que iria gerir, em tempo real, as dúvidas dos utilizadores.

Para se obter o certificado dessa habilitação, deveria, no final do programa curricular, ser realizado um exame presencial nos Consulados, Embaixadas ou nas instituições envolvidas no projecto.

Em inícios de Julho de 2005 o Governo indicava que a obtenção do cartão de acesso teria um custo simbólico rondando os 20 e 25 euros

A apresentação deste projecto que foi realizada na Assembleia da República numa cerimónia com grande pompa e circunstância, criou bastantes e naturais expectativas entre os portugueses residentes no estrangeiro pois, tal como dizia nessa altura o Governo, era mais uma ferramenta ao serviço das nossas comunidades para aprender português.

No entanto, decorridos que estão quatro anos desde o seu lançamento e dessa cerimónia não há qualquer informação sobre a Escola Virtual.

Não é conhecido o número de utilizadores, não são públicos os dados relativos ao aproveitamento dos alunos nos diferentes módulos, não se conhece o número de certificados emitidos e que permitem a equivalência de estudos no que se refere à língua portuguesa, ou seja, depois do anúncio veio um estranho silêncio, certamente, por falta de resultados.

Acresce, que não há informações que tenha tido lugar em algum Consulado ou em alguma Embaixada de Portugal qualquer tipo de exame relativo à Escola Virtual.

Independentemente do financiamento inicial que permitiu o lançamento do projecto não há também elementos orçamentais que nos possam elucidar sobre a Escola Virtual.

Será que o projecto da Escola Virtual não teve viabilidade?

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis vimos requerer, uma vez mais, através de V.Exa, ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros que nos sejam dadas as seguintes informações:

1. Qual o número total dos utilizadores da Escola Virtual nos 4 anos lectivos que decorreram de 2005 a 2009.?
2. Quantos alunos obtiveram a certificação dos seus conhecimentos em língua portuguesa?
3. Quanto exames foram feitos nas instalações dos Postos Consulares e quais os Postos utilizados para a realização de provas?
4. Qual o valor das receitas através da venda dos cartões de utilizador e qual a verba global de funcionamento da Escola Virtual?

Palácio de São Bento, 19 de Junho de 2009.

Deputado(a)s:

  
Carlos Alberto Gonçalves

  
José de Almeida Cesário

  
Gonçalo Nuno dos Santos